



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CAMPUS VII – SUMÉ – PB

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ART'S PESCA DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB**

Rute Batista dos Santos

Sumé - PB
2013

RUTE BATISTA DOS SANTOS



**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ART'S PESCA DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé - PB
2013



S237a Santos, Rute Batista dos.

Análise do perfil socioeconômico das mulheres artesãs da Associação de Pescadores ART's Pesca do município de Sumé - PB. / Rute Batista dos Santos. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

47 f; il. gr.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Economia Solidária. 2. Associação de pescadores. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Escamas. 5. Artesanato. I. Título.

UFPG/BS

CDU 37:334.73(043.3)

RUTE BATISTA DOS SANTOS

**ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ART'S PESCA DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB**

Aprovado em: 27 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA:

Lima

**Profa. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA
(Orientadora)**

MOLima

**Dra. NORMA MARIA DE OLIVEIRA LIMA (CDSA – UFCG)
(Examinadora)**

Lima

**Profa. Dra. LÍGIA MARIA RIBEIRO LIMA (DESA – UEPB)
(Examinadora)**

**Sumé – PB
2013**

DEDICATÓRIA

A Deus, que me deu meu maior tesouro, que é a minha família.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima, pela orientação carinhosa, pela presença amiga, pelo exemplo e viagens, que nos ajudaram na troca de experiências.

À Coordenação Geral do Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, na pessoa da Profa. Dra. Crislene Rodrigues da Silva Moraes.

À Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Sumé, por proporcionar este Curso de Especialização, do qual tenho orgulho de participar.

Aos demais professores do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

Aos colegas, pela amizade e lições de vida.

À Associação “Art’s Pesca”, que permitiu a nossa presença em sua sede.

Ao meu João Victor. À minha família, pelo incentivo diário, pela luta compartilhada, pela confiança que depositaram em mim. Esta vitória é um sucesso coletivo, construído pelo sonho de muitos.

Sem vocês, nada teria sido possível.

RESUMO

SANTOS, Rute Batista dos. **Análise do Perfil Socioeconômico das Mulheres Artesãs da Associação de Pescadores Art's Pesca do município de Sumé – PB.** Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista. (UFCG/CDSA), Sumé, 2013.

A economia solidária é uma forma mais justa de trabalho dentro do capitalismo, em que o ser humano é valorizado e incentivado a crescer dentro do seu conhecimento, seja ele formal ou informal, e que também ajuda na inclusão social. Os indivíduos envolvidos com economia solidária são os próprios donos do modo de produção e, assim, também responsáveis pelo sucesso ou insucesso do produto ou serviço oferecido, sendo o lucro e os prejuízos compartilhados por todos. Não se pode afirmar que existe uma competição justa no mercado, mas sabe-se que neste modo de economia há a valorização do trabalho humano, bem como de seus conhecimentos e suas opiniões dentro do empreendimento. Observando a economia local e as grandes dificuldades de se manter uma tradição milenar que é a pesca artesanal, os pescadores do cariri paraibano se reuniram para formar associações em suas cidades, as quais contribuíssem para melhorar a vida destas pessoas simples que se encontravam às margens da sociedade capitalista. Estes grupos geralmente aplicam a autogestão, cada um ganhando por produção, o que pode ser caracterizado com um empreendimento de Economia Solidária. Este trabalho foi realizado na associação de pescadores do município de Sumé – PB, que criou um subgrupo informal feminino denominado "ART'S PESCA", no qual as mulheres empregam uma tecnologia social, que agrega valores à traíra, um peixe de difícil aceitação no mercado por ter muitas espinhas. Além deste produto, estas mulheres procuraram manter o desenvolvimento sustentável, contribuindo, dessa forma, para a preservação do Meio Ambiente e utilizando as escamas para confecção de artesanatos.

Palavras-Chave: Associação de pescadores, desenvolvimento sustentável, economia solidária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	11
2.2 O SISTEMA ECONÔMICO E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL	12
2.3 ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA E GRUPO INFORMAL	15
2.4 TRABALHO DA MULHER NAS ASSOCIAÇÕES	18
2.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 ESTUDO DE CASO	23
3.1.1 Peixe Traíra	23
3.1.2 Organização Estrutural do Trabalho da Associação	23
3.1.3 Preparação da Escama de Peixe para o Artesanato	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5 CONCLUSÕES	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	35
APÊNDICE A – Questionário socioeconômico aplicado às mulheres membros da Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB	36
APÊNDICE B – Termo de livre consentimento apresentado às entrevistadas ...	45
APÊNDICE C – Fotografias do trabalho das mulheres membros da Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB	46

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma herança e tradição de muitas famílias no cariri Paraibano, onde os homens e mulheres unem-se em busca da sobrevivência da família. Nem todo tipo de pesca é vendável, exemplo disso é a traíra, espécie de peixe com muitas espinhas, encontrada comumente nos corpos aquáticos brasileiros.

Com a formação da associação dos pescadores e com a união destas famílias, foram criadas condições para o desenvolvimento de técnicas aplicadas na retirada das espinhas dos peixes, fornecendo ao produto um valor comercial. Outros exemplos de benefícios para estas comunidades foi o “preço justo” e a “garantia de venda” do produto. Este trabalho associado possibilitou também a inclusão social de muitas pessoas e ofereceu aos integrantes uma forma diferente de empresa onde todos são donos e suas opiniões são discutidas, sendo seu trabalho e suas famílias valorizados criando, assim, uma associação com características da economia solidária.

A economia solidária não tem o intuito de acabar com os lucros tão cobiçados do capitalismo, mas surge como alternativa para amenizar a exploração do trabalho humano, ou seja, é uma nova relação econômica que visa contribuir com o capital social (ILHA, 2008).

Neste projeto acompanhou-se o trabalho da Associação “Art’s Pesca” no município de Sumé – PB. Trata-se de um grupo informal, novo, que conta com pouco mais de três anos, cujos integrantes são apenas mulheres, sendo (12) doze associadas, todas membros da associação de pescadores. Esta última é mista e boa parte destas mulheres sempre trabalharam com o peixe, muitas delas pescando e outras sobrevivendo da sua renda pelo fato de serem netas, filhas ou esposas de pescadores, um povo humilde que pouco teve contato com o mundo do saber e da logística de mercado artesanal.

Os pescadores, depois de fundarem a associação em Sumé e se unirem à cooperativa de Monteiro, estão usufruindo de uma vida mais digna. A cooperativa compra a produção do peixe para vender aos programas de alimentação do governo como, por exemplo, a merenda escolar, por um preço justo.

Na associação, os homens e as mulheres pescam e vendem os peixes limpos “*in natura*” ou em forma de filé. Porém, a traíra, que é um peixe muito comum

nestas águas paraibanas, é pouco aceita para fins comerciais e quando pescada era devolvida ao corpo aquático ou consumida pelo próprio pescador, visto que possui muitas espinhas e há mitos populares ao seu respeito que, por ser um peixe carnívoro, dizem que “comem sapos”. Na verdade, estes peixes se alimentam de girinos ou até mesmo alevinos, da mesma espécie (canibal) e de outras.

Algumas mulheres começaram a se reunir e desenvolver e aplicar a técnica de desfiar nestes peixes, o que garantiu a venda desta espécie. Observando a grande quantidade de escamas retiradas do peixe, resolveram também investir na técnica de transformar os rejeitos do peixe em arte, criando e confeccionando peças bonitas e ecologicamente corretas, o que é um diferencial nos produtos oferecidos pelas associações e cooperativas da economia solidária no país.

Partindo desta temática, procurou-se entender os benefícios deste trabalho para o meio ambiente, bem como se este produto desenvolvido aumentou a renda destas mulheres na associação, tendo em vista que existem condições climáticas, tais como a estiagem, que diminuem a oferta deste tipo de peixe no meio aquático.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar e compreender os benefícios sociais e econômicos do artesanato para as mulheres da Associação "Art's Pesca", em Sumé – PB, analisando o perfil socioeconômico das mulheres associadas.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Ressaltar informações relativas ao desenvolvimento do trabalho de artesanato com a escama do peixe na associação "Art's Pesca" de Sumé- PB.
- Identificar fatores do trabalho artesanal que poderão contribuir para aumentar a renda das associadas no tempo de estiagem.
- Especificar a importância de utilizar os rejeitos do peixe para manutenção do meio ambiente.
- Verificar possível trabalho de educação popular ou EJA, no que se diz respeito à sustentabilidade do meio ambiente.
- Analisar se existem na associação, autogestão e economia popular e solidária.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR DENTRO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

O subemprego e o desemprego são responsáveis pela volta de muitas pessoas à sala de aula e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) foi criada dentro da LDB (Lei de Diretrizes de Base), em dezembro de 1996, para atender a Jovens e Adultos que precisavam de escolaridade para ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Sabe-se que o conhecimento agrega oportunidades e que “o trabalho dignifica o homem”, então “construímos o desejo de nos tornar uma mercadoria; **estar empregado** ou **estar desempregado** passou a ser uma referência importante na constituição de nossa identidade” (TIRIBA, 2004).

Este fato torna-se motivação suficiente para começar ou recomeçar o aprendizado. Educar o aluno da EJA não se limita ao letrado, mas também para a cidadania. É necessário pensar em um currículo diferenciado e significativo para manter o interesse dos educando, tendo em vista, que este traz história de vida, família e de participação da sociedade a qual ele está inserido. Trazer esta vivência para ser trabalhado no âmbito escolar representa um desafio que deve ser encarado pelos educadores para transformar a realidade de seus educando, como se refere o texto de Macedo (2008). Este aluno não deve receber uma educação bancária, mas incorporar uma educação democrática e crítica que, segundo Freire (1996), não deve estar vinculada ao poder, mas sim, agregada à situação que promova um saber crítico e questionador.

Segundo Vieira (2008), a EJA contribui na promoção da igualdade de gêneros, de trabalho, na preservação ambiental e da saúde, estímulo à participação criativa e consciente dos cidadãos. Então, pode-se dizer que é uma forma de investir no capital humano dentro das associações, por isso, deve ser sempre estimulada.

A busca do aprender abre horizontes e pode acontecer informalmente. Freire e Nogueira (2011) conceituam: “Educação popular é o esforço de mobilização, organização e capacidade de classes populares; capacidade científica e técnica”.

De acordo com Novares e Castro (2012), com o trabalho associado como princípio educativo, há a necessidade de uma educação sistemática para além do

capital, ou seja, educar não está vinculado apenas às instituições, mas aos atos de cidadania e o trabalho, podendo gerar a necessidade de criar empreendimentos aos quais os associados se sintam donos e participem ativamente.

Adans (2010) reflete no conceito de trabalho dizendo que este não se restringe a produzir mercadorias ou prestar serviços, mas também à relação de uma pessoa ou um grupo social, ou seja, é um princípio educativo que constitui o sujeito. Concluindo assim, que é um conjunto de atividades humanas que asseguram a sobrevivência da espécie, no espaço coletivo e individual, para a manutenção da vida privada, social e cultural.

Atualmente percebe-se que o “trabalho assalariado”, formal e com direitos trabalhistas, não é o único caminho para obtenção de um retorno financeiro capaz de trazer a sustentabilidade da família. Afinal, as associações e cooperativas estão ganhando credibilidade no mercado, tanto com produtos quanto com prestação de serviços.

2.2 O SISTEMA ECONÔMICO E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

Duas teorias econômicas surgiram na história da humanidade, discutida até os nossos dias: o *capitalismo* e o *socialismo*. De acordo com Eisler (2008), nenhuma das teorias resulta em melhores condições de desenvolvimento humano, ou seja, ambas não garantem as aptidões e as necessidades humanas que são: solidariedade, consciência e criatividade, além de não conservar o nosso Meio Ambiente. Então, estes sistemas garantem os problemas sociais e ambientais, resultados de regras, práticas e políticas que acometem por falta de solidariedade.

“Uma teoria econômica participativa reconhece que o discurso da evolução tanto dos homens quanto das mulheres desenvolveu uma enorme capacidade para a solidariedade, a criatividade e a consciência – e que regra a prática que estimulem essa capacidade em vez de inibi-la são fundamentais para um sistema econômico que funcione para todos” (EISLER, 2008, p.159).

Faz-se necessária a mudança das atitudes egocêntricas e a construção de novos valores comunitários, nos quais o lucro, que acumula riquezas, não seja o alvo principal do trabalho, amenizando os abusos e exploração do trabalho humano e preservando o ambiente. Deve-se investir mais na educação de qualidade e no

capital humano concretizando uma sociedade justa com menos violência e que valorize os recursos naturais, não é necessário que acabem com nenhum dos sistemas econômicos existentes tratando então, de adaptá-los (RUTKEWESKI E LIANZA, 2004).

Entende-se que algumas das adaptações cabíveis seriam os investimentos em empreendimentos solidários e/ ou populares como também em cooperativas que já trabalham nesta linha de valorização do social.

Para entender melhor a Economia Solidária, Arroyo e Schuch (2006) definem economia como “um conjunto de atividades humana sistemática que envolve: produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários”, e solidariedade como “ações humanas que têm como base a teoria que uma ou alguma ação, só é boa, se for sustentável e boa para um como é para o outro”.

Então não basta ser uma economia onde todos são donos do investimento, mas o ideal é que todos também possam desenvolver-se coletivamente financeiramente, como um amadurecimento interno e externo de mercado, com a convivência e humanização do trabalho, capazes de gerenciar o investimento coletivo através de autogestão, na qual cada integrante do grupo possa dar sua opinião e ou sugestão, encontrar e desenvolver seus talentos e repasse de seus conhecimentos prévios e adquiridos com o trabalho desenvolvido no empreendimento para os demais cooperados, afinal o conhecimento deve ser disseminado para não comprometer a produção envolvida, seja esta de bens ou serviços (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Precisa-se ter muito cuidado quando se fala de economia popular, pois está-se referindo a um público que abrange desde desempregados, subempregados, sendo ou não qualificados adequadamente para o trabalho, até aqueles totalmente excluídos dos processos de desenvolvimento de tecnologias e dos programas sociais, que encontram-se fora da distribuição de renda e do sistema econômico do País (CORRÊIA, 2013).

Economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, mas com identidade própria, estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. Em outras palavras, é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das necessidades do capital (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Quando se menciona solidariedade, o conceito remete aos laços de ajuda mútua e pode ser confundido com caridade, mas é uma forma que precisa ser pensada dentro dos empreendimentos como uma alternativa que garanta a consolidação das cooperativas, assim como uma procura por uma estabilidade de atividade econômica que proporcione a sustentação financeira da empresa e dos integrantes. Pode-se afirmar que na economia solidária torna-se necessário falar e agir como empresa, tendo foco no mercado, com um diferencial a valorização do trabalho humano necessitando do comprometimento do trabalho coletivo (CUNHA, 2003).

Nesta economia não só o sócio, mas também filhos e esposas devem estar presentes nas reuniões e assembleias para entender e participar das decisões coletivas. Este contexto faz com que o sócio sinta sua família mais valorizada ganhando mais confiança e admiração pelo seu papel na associação. Na verdade ninguém é dono. Caso o empreendimento seja mal sucedido, todos sofrem as consequências e, por isso, os dirigentes devem sempre cumprir com a decisão tomada nas assembleias e comunicar todas as ações e planos de emergências (SINGER, 2002).

Não foi dito em nenhuma das literaturas que a autogestão é fácil de ser implantada ou que é impossível o que se relata são as dificuldades desta implantação. Se o sistema é capitalista e visa o lucro, entende-se que quem está gerenciando é responsável por esta função, então é comum os dirigentes se apossarem do poder de decisão, esquecendo que a decisão é de um grupo e que a autogestão e transparência na administração são essenciais para manter um empreendimento deste tipo.

A Economia Solidária tenta criar condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à população envolvida. Melo Neto (2013) diz em seu texto que os princípios desta economia são:

“ ... A valorização social do trabalho humano... A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica...O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade...A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza...E os valores da cooperação e da solidariedade” (MELO NETO, 2013, p. 4).

Isto não deve remeter à ideia de que esta economia é perfeita, pois pode-se perceber que é um caminho alternativo que pode trazer realmente melhorias para muitas pessoas que têm uma prática democrática e saibam trabalhar coletivamente alcançando uma dimensão maior do que o da economia. Educando-se para atuar nas relações de colaboração entre as pessoas, respeitando e repassando os valores culturais (CUNHA, 2003).

Cunha (2003) concorda dizendo que a economia solidária é um dos caminhos, mas não é o único e menciona a economia popular. Explica que a economia solidária é vista por muitos autores como uma resposta as crises e exclusões no mundo do trabalho, outros veem como uma forma de transformação social ou até uma escolha ideológica.

Na visão de Singer (2002), é outro modo de produção onde os princípios básicos que são os da propriedade coletiva ou associações do capital e o direito a liberdade individual. O autor enfatiza que neste sistema o ser humano é o capital e por isso seu trabalho é valorizado, esclarecendo que a economia solidária tende a ser uma forma de transformar os bens e serviços de maneira sustentável, respeitando o Meio Ambiente, considerando as condições de trabalho e de vida cultural, social e econômica para todos os envolvidos.

2.3. ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA E GRUPO INFORMAL

Associações são definidas por Abrantes (2004), como sendo sociedades sem fins lucrativos, regidas por um código civil que não deveria conferir ganhos ou vantagens patrimoniais aos associados. Porém, não impede que elas realizem atividades econômicas, contanto que seus restos (lucros) possam ser transformados em atuações que promovam a melhoria técnica, profissional e cultural dos associados.

Abrantes (2004) menciona que a associação tem ainda outras vantagens em relação ao empreendedor individual, como a facilitação de empréstimos, troca de informações, compartilham responsabilidades, autogestão, facilita escoamento de mercadorias.

Quanto à negociação do valor de matéria prima, obtém melhores vantagens pelo aumento do volume de compra, reduzindo o preço final do produto. Com isto, as associações e cooperativas ganham formas e encontram pessoas dispostas a se

aliarem. Estes empreendimentos sofrem com o impasse da troca de postura dos associados que se acostumaram a serem “trabalhadores passivos”, aquele cuja obrigação é de seguir ordens e horários sem pensar ou questionar o trabalho realizado, para “trabalhadores ativos”, aqueles que além de cumprirem o trabalho combinado e horário precisam desenvolver e/ou aperfeiçoar técnicas, dar sugestões, pensar no ganho coletivo e, sobretudo construir sua nova história de participação social e política(ARROYO e SCHUCH, 2006).

Desta forma, todos se esforçam mais do que se fossem empregados, o que a princípio, quando se fala em “ser dono” dá uma falsa impressão de que se trabalha menos, ao contrário, para o empreendimento prosperar precisa de planejamento, gerenciamento, mais dedicação do que se espera de um empregado convencional (ABRANTES, 2004)

As associações e os grupos informais podem se aliar e/ou formar cooperativas para que facilitem sua entrada no comércio, sendo chamadas de cooperativas de trabalho, podendo ser divididas em dois tipos: a de produção ou de prestação de trabalho (CRUZ-MOREIRA, 2003).

Os sócios são geralmente trabalhadores que, por não terem oportunidade de um emprego regular, enxergaram uma alternativa para tirar seu sustento e ou ainda trabalhadores mais qualificados, potencializados e conscientes, que buscam para si e para a sociedade uma alternativa a qual lhe oferte condições de êxito na vida social e uma inclusão de trabalho mais justa que as atuais.

As cooperativas seguem oito princípios para o funcionamento, os quais dizem que precisa cada sócio ter direito de voto nas assembleias, democracia, devem ser abertas para quem quiser participar, qualquer dinheiro que seja investido, de qualquer sócio no empreendimento terá de ser devolvido com uma taxa de juros, mas nunca ser incorporado mais poder de decisão. As sobras terão divisão em proporção às compras que fizerem na cooperativa, com venda sempre à vista e produtos de qualidade para serem vendidos. Deve promover educação aos sócios e, por fim, deve ser neutra em termos de religião e política (SOUZA, 2003).

Com a globalização, tudo acontece muito rápido e muitos dos empreendimentos populares e solidários trabalham com atividades ou produtos secundários das empresas, as quais gastariam mais se fabricassem certos produtos na própria empresa, ou contratassem certos serviços, neste sentido estas representam uma solução e gera renda (LAVILLE, 2013).

"As cooperativas se inseriram na economia de mercado, ocupando setores de atividade nos quais a intensidade capitalista permanecia fraca. Elas permitiram a diferentes atores de mobilizar, eles mesmos, fundos para atividades que lhes eram necessárias e que eram deixadas de lado pelos investidores" (LAVILLE, 2013, p. 65)

Por outro lado, Wellen (2012) acredita que as cooperativas representam uma ameaça pois, segundo ele, é um retrocesso aos direitos trabalhistas, afinal não existe um acordo de emprego, no qual cada sócio só recebe pelo que se produz e assim, sem pagar os devidos direitos os empreendimentos crescem junto com a exploração, principalmente as de prestações de serviços que oferta a mão-de-obra mais barata. Ele cita: "... a vantagem das cooperativas é a redução dos custos, visto que a empresa não precisa pagar encargos sociais aos cooperados.", indicando que é mais uma forma de exploração do homem pelo capitalismo tornando-se legítima as práticas de terceirizações.

Wellen (2012) entra numa questão muito delicada, pois uma empresa de porte capitalista a exploração do trabalhador é aceita e intermediada pela lei e sindicatos. As associações, formais ou informais, são compostas por pessoas muitas vezes excluídas pelo mercado trabalhista e que se unem para tentar mudar este quadro, tendo em vista que não é justa a competição dos produtos dentro do mercado atual, estes são limitados e não conseguem crescer ao ponto de oferecer as garantias do trabalho formal. Caso as empresas da economia solidária conquistassem dentro de suas localidades junto à população a valorização de seus produtos, poderiam pagar de forma justa e dividir os lucros e, assim, acabariam com a exploração e os direitos trabalhistas nem seriam uma discussão.

Quando se fala de atividade econômica formal e informal, Arroyo e Schuch (2006) informam que toda atividade comercial ou de prestação de serviços gera riquezas e deve ser registrada na junta comercial CNPJ (Cadastro Nacional na Junta Comercial) local onde se encontra e, assim, pagar tributos. Caso não seja formalizada com CNPJ, trata-se de uma atividade informal, o que não indica que a economia solidária ou popular não possa ser informal, de qualquer forma gera trabalho e crescimento no consumo, afinal quem paga os impostos são os consumidores, porém a legalidade fornece condições para ampliar as oportunidades de venda dos produtos ofertados.

2.4. TRABALHO DA MULHER NAS ASSOCIAÇÕES

As empresas de economia solidária têm conquistado as mulheres como aliadas, principalmente as mais empobrecidas ou com pouca instrução para o letramento. Estas associadas contribuem em relação à convivência em grupo, que é um potencial neste ramo. Outra característica feminina é a sensibilidade que contribui para a prática da autogestão em alguns empreendimentos solidários (GUÉRIN, 2005).

Este acontecimento tem explicação histórica. Guérin (2005) menciona o comportamento imposto pela sociedade, no qual a mulher sempre foi ou deveria ser obediente, primeiro ao pai depois ao marido, ser responsável pela família e afazeres domésticos, além de seguir os “moldes virtuosos”, em outras palavras deveria casar, respeitar e esperar que o marido fosse o “chefe da casa”, aquele que sustenta, adquire bens para a família e decide tudo sozinho, e criando, assim, uma visão distorcida do casamento que estaria ligado ao “comportamento afetivo”, casar por amor, e “comportamento interessado”, casar para ter ou manter um padrão socioeconômico.

O papel da mulher na sociedade sempre esteve vinculado à família (ser esposa e mãe), para isso, era preciso “ser prendada”, ou seja, cozinhar, limpar, costurar, bordar e fazer artesanato, atividades até hoje referidas como sendo “femininas”. O estudo era deixado no segundo plano. E o que antes era sinônimo de domesticação e submissão, hoje é capacidade de constituir espaços de geração de trabalho e renda para sua família ou comunidade (PROBST, 2013).

A luta da classe feminina tem vários momentos. Observando-se o papel e a vida da mulher dentro da história encontra-se uma série de discriminação e preconceitos, principalmente na questão de trabalho.

Durante as guerras, muitas mulheres precisaram assumir o trabalho do marido para sustentar a família e muitos destes homens não voltaram e os que voltaram alguns estavam mutilados e poucos eram os que podiam voltar ao trabalho. Mesmo assim, o desempenho profissional da mulher não era reconhecido (PROBST, 2013).

Com a revolução industrial, as mulheres começaram a migrar para as indústrias, o trabalho era de maneira precária, com jornadas absurdas e com salários inferiores aos dos homens que desenvolviam as mesmas atividades, pois

naquela época, o homem era visto como provedor da família e, portanto, precisava ganhar mais. Mas cada batalha ao longo dos tempos, fez com que as mulheres conquistassem seu espaço nos diversos setores da sociedade. Atualmente, trabalhar “fora de casa” significa muitas vezes a sua própria sobrevivência ou até mesmo a da família (PROBST, 2013).

A estrutura da família moderna ganhou nova roupagem. Muitas são as mulheres “chefe de famílias”, que podem ser solteiras, mães solteiras, divorciadas, viúvas, homossexuais, não importa. Sabe-se que as mulheres são as primeiras atrizes das práticas da economia solidárias e batalham pelo reconhecimento do seu “justo valor”, vendo nesta forma de organização de trabalho uma oportunidade de lutar contra a desigualdade de sexo (GUÉRIN, 2005).

Embora sendo as primeiras a se mobilizarem e se organizarem na formação dos empreendimentos, encontram obstáculos para obtenção de propriedades e créditos que resolvem parte dos problemas, ainda enfrentando outros três obstáculos: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e as desigualdades das divisões das obrigações familiares, nas quais a mulher continua com os afazeres domésticos e com os cuidados familiares (GUÉRIN, 2005).

Segundo Oliveira (2013), no I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária que ocorreu em Brasília, em agosto de 2004, estiveram presentes 2.349 pessoas de todo o país, sendo que 1.344 mulheres, ou seja, 57% dos participantes, demonstrando a participação das mulheres neste tipo de trabalho.

De acordo com Gohn (2008), as mulheres avançam lentamente em todos os campos da sociedade, mas ainda não obtiveram a liberdade tão almejada. As mulheres têm se beneficiado das políticas públicas do tipo bolsa família, tratada a partir de uma cidadania outorgada e não como sujeito capaz de protagonizar processo de transformação social emancipadora. Enfim, mesmo que o governo tente melhorar as condições destas mulheres empobrecidas, esta atitude não é cabível, o que precisa melhorar são as condições para que as mulheres se insiram no mercado de trabalho, exercendo seu papel de cidadãs, para que sejam independentes, participem de uma relação social e política trabalhista mais justa. Sem ter que ser mão de obra de processos informais de trabalho para geração de renda, mas que possam optar por permanecer ou não nestes processos. E o governo pode e deve contribuir a este favor, tanto com a educação, profissionalização quanto no espaço político e social.

2.5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Conforme Vieira (2008), o desenvolvimento sustentável deve ser incentivado na educação da EJA, com a sensibilização dos alunos quanto aos problemas da preservação ambiental, que são de caráter econômico, político e cultural, tratando-se de um processo que precisa ser contínuo e ampliado nas associações, afinal se o produto ou serviços tiverem este diferencial, de valorizar a natureza, terá a confiança dos consumidores.

Segundo Arroyo e Schuch (2006), Desenvolvimento Sustentável é uma forma de poupar os recursos naturais, é um novo padrão de desenvolvimento dentro das empresas, em que o meio ambiente vira um bem econômico.

Este desenvolvimento sustentável depende principalmente de uma mudança ideológica, de valores, de atitudes e principalmente de ações por todos os que compõem a sociedade. E para isso, é preciso “reorganizar” o estilo de vida (MAIA, 2013).

São muitas as abordagens que ainda pressupõem o desenvolvimento como o crescimento econômico, a eficiência na lógica do mercado e a ideia central de que a riqueza dos países é determinada pelo aumento da produtividade do trabalho, pressupostos que remontam a Adam Smith e sua teoria sobre A Riqueza das Nações, da mesma forma que as teorias neoliberais defendidas por seus mentores tais como Hayek, mais contemporaneamente (LIMA, 2013).

Rutkerki e Lianza (2004) debatem a questão dos empreendimentos solidários que desenvolvem a economia regional tendo como base a produção sustentável de bens e serviços, o que o torna um desenvolvimento econômico não predatório, ou seja, atende às necessidades de produção do presente sem comprometer os recursos naturais para o futuro, e que tende a melhorar a qualidade de vida dos consumidores e habitantes locais e com a globalização poderá criar um mercado para produtos essencialmente regionais.

Dentro da economia solidária e popular, o desenvolvimento econômico deve estar vinculado com o desenvolvimento sustentável e para isso acontecer pode se aplicar a tecnologia social, definida como os conhecimentos e técnicas (formais e informais) aplicados na produção de bens e serviços de forma competitiva e que valorize o trabalho humano.

Com relação aos problemas enfrentados pelos trabalhadores, a Economia Solidária aponta para a constituição de alternativas de geração de trabalho e renda a partir do labor solidário e auto gestor em condições adversas para o desenvolvimento sustentável. São conceitos ainda em construção e que se expressam nas práticas dos trabalhadores atingidos pelas recorrentes crises e processos de reestruturação capitalista (LIMA, 2013).

Tanto a ideia de desenvolvimento sustentável quanto a de Economia Solidária suscitam novos princípios e valores, um contra-discurso, uma contrahegemonia na perspectiva gramsciana, a construção de outros paradigmas que venham a nortear ações e práticas coletivas para uma nova sociabilidade. Neste sentido, são muitos os significados do desenvolvimento sustentável e da economia solidária que se deseja em face da manifesta crise social e ambiental de dimensão planetária. Verifica-se a formulação de diferentes propostas e concepções de modelos de desenvolvimento sustentável fundamentadas em diversas matrizes teóricas com distintos projetos políticos, segundo os interesses em confronto e que se refletem nas ações e práticas coletivas.

Conforme Dagnino (2013), a tecnologia social deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários, ou seja, deve fornecer ao empreendimento uma tecnologia mais barata que tenha capacidade de competir com os de grande capital e possibilitar a inclusão social através de geração de trabalho e renda.

Nesse sentido, pode ser entendida como um processo que contribui para disseminar os conhecimentos científicos e empregá-los nos empreendimentos solidários em busca de desenvolvimento local e diminuição da exclusão social (DASILVA e BILICHI, 2013).

3 METODOLOGIA

Prevaleceu o método descritivo, partindo da realidade da Associação ART'S PESCA do município de Sumé – PB, que trabalha com a técnica de desfiar o peixe traíra, preocupando-se com os rejeitos do produto, cujo acúmulo prejudica o meio ambiente.

As associadas desenvolveram uma solução com o intuito de contribuir também para o aumento de renda nos tempos de estiagem, que consiste na confecção de peças artesanais aproveitando as escamas do peixe.

Foi utilizada, segundo Figueiredo (2011), a observação e informações dedutivas das interações interpessoais, sendo o método classificado como qualitativo. Empregou-se um questionário, que é um instrumento de coleta de dados, obtendo informações de forma estatística, o que o caracteriza como um método quantitativo. Sendo assim, pode-se concluir que a pesquisa apresenta cunhos qualitativo e quantitativo, havendo a integração de ambos.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, no qual examinou-se o conjunto de atividades do grupo. Este procedimento caracteriza-se pela construção da história do indivíduo, bem como o trabalho do grupo (FIGUEREDO, 2011).

O questionário é relevante, pois, segundo Cardoni (2009), consegue atingir um número considerável (dez por cento do todo) de pessoas para amostragem; estas respondem a um conjunto de questões, podendo preencher no próprio local de pesquisa, além de serem perguntas claras e direcionadas.

A pesquisa foi realizada através de várias visitas ao local com a observação do trabalho e aplicação de questionários (APÊNDICE A) às participantes, com o intuito de traçar um perfil sociocultural das mesmas. Junto ao questionário foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

O Grupo ART'S PESCA é composto por 12 mulheres, após a coleta dos dados referentes aos questionamentos, foram construídos gráficos a partir dos resultados obtidos.

3.1. ESTUDO DE CASO

3.1.1 Peixe Traíra

O peixe *Hoplias malabaricus* é popularmente conhecido como “traíra” (FISHER, 2013) e seu local de origem são as Bacias Amazônica, Araguaia-Tocantins, São Francisco, do Prata, Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.

Trata-se de um peixe ósseo, carnívoro e voraz, com movimentos lentos, que apresentam porte médio, sendo um predador que devora os peixes menores e até mesmo os de sua espécie. Atinge 3 kg e 60 cm de comprimento. A traíra é uma espécie arisco, completamente territorial, apresenta uma nadadeira entre as nadadeiras caudal e dorsal, a nadadeira adiposa e possui dentes afiadíssimos devendo-se ter cuidados com o manuseio, pois costumam dar mordidas muito dolorosas e que sangram abundantemente, é extremamente lisa e escorregadia (PISCICULTURA SÃO JERÔNIMO, 2013).

3.1.2 Organização Estrutural do Trabalho da Associação

A associação de pescadores de Sumé está ligada diretamente à cooperativa de Monteiro – PB, a qual tem trazido para os pescadores uma vida mais digna, pois os associados participam de cursos para aprimorar a técnica herdada de família.

Na associação os homens e as mulheres pescam e vendem os peixes limpos “*In Natura*” ou em forma de “filé”, apesar deste peixe não ser muito aceito para fins comerciais. Com isso, as mulheres resolveram deixar de pescar e dedicar-se a técnica de retirar as espinhas da traíra.

Elas criaram um grupo dentro da associação de pescadores e o denominaram de ART'S PESCA, alugaram uma casa no bairro do Carro Quebrado, no município de Sumé – PB. Desenvolvem seus trabalhos neste local e, juntamente com os pescadores, dividem as despesas.

Observando a grande quantidade de escamas de peixe, resolveram investir na técnica de transformar estes rejeitos do peixe em arte, com a confecção de peças artesanais.

No momento, elas trabalham apenas com as escamas desperdiçadas, proporcionando uma oportunidade a todas as associadas que trabalham desfiando o

peixe traíra, gerando ganhos extras, principalmente quando acontecem as mudanças climáticas como a estiagem. As associadas pretendem futuramente procurar novas parcerias para aprenderem a curtir o couro do peixe, para que este não seja mais um dos agentes degradantes do meio ambiente.

Segundo SOUZA (2013), tem sido crescente o aproveitamento dos rejeitos dos peixes (escamas, couro, ossos, nadadeiras, vísceras). Muitos peixes apresentam 66% de seu peso total após fazer o processo de filetagem (obtenção do filé ou desfiamento).

A confecção de bijuterias artesanais de flores, pulseiras, colares, brincos, tiaras e customização de sandálias, roupas e biquínis, aproveitando escamas do pescado, é a atividade destas associadas. As peças artesanais, além da brilhante madreperla, que é a tonalidade natural da maioria das escamas, podem ganhar cores diversas.

O produto não é muito conhecido, conseqüentemente pouco valorizado, nem todas as associadas se preocupam em confeccionar o artesanato desenvolvido na associação, alegando que as peças demoram a serem vendidas e, assim, o dinheiro demora a ser recebido. Tal situação difere do texto de Cotrim, Kollet e Dietz (2007), que descrevem uma realidade no Rio Grande do Sul bem diferente, onde esta técnica também é utilizada nas associações de mulheres que pescam, fazendo parte da cultura e da renda das associações femininas da comunidade que a empregam.

3.1.3 Preparação da Escama do Peixe para o Artesanato

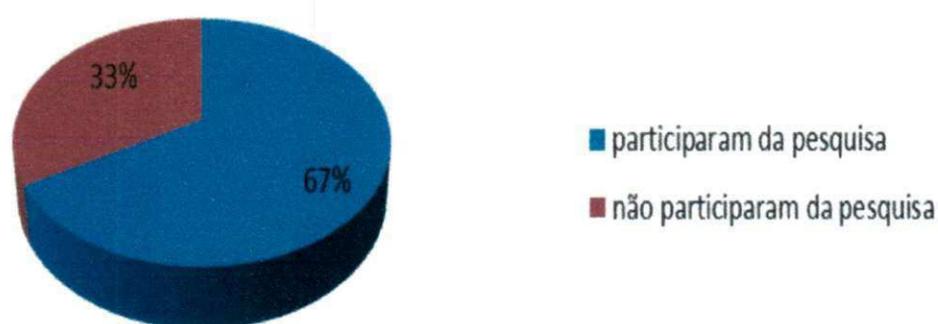
Segundo as associadas, as escamas são higienizadas da seguinte forma: são retiradas do peixe, colocadas em uma vasilha com uma mistura de água, sabão em pó e água sanitária, e passam de um dia para o outro. Após este período, são lavadas em água corrente, e colocadas em tecido rendado (tipo filó) que possibilite a secagem, a qual é feita em um local sem sol.

Para o tingimento, usa-se o chá de cascas de árvores e de folhas de plantas. Depois do chá feito, coado e frio, mergulham-se as escamas que são deixadas por cinco dias dentro de uma vasilha fechada. Após o tempo previsto, são retiradas e novamente colocadas para secar. Depois de secas, as escamas ficam coloridas e prontas para serem usadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

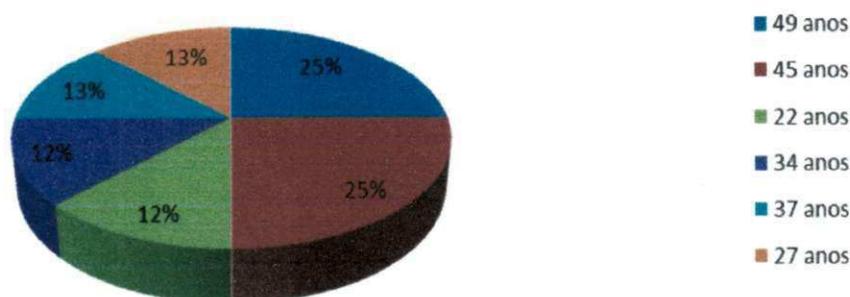
A pesquisa foi realizada através de visitas ao local com observação do trabalho e aplicação de questionários, os quais foram aplicados a 08 das 12 participantes, ou seja, 67%, conforme Figura 1, com o intuito de traçar um o perfil sociocultural das participantes do Grupo “ART’S PESCA” na cidade de Sumé – PB.

Figura 1- Amostra do número de associadas que participaram da pesquisa



Na Figura 2 estão exibidas as faixas etárias das mulheres associadas.

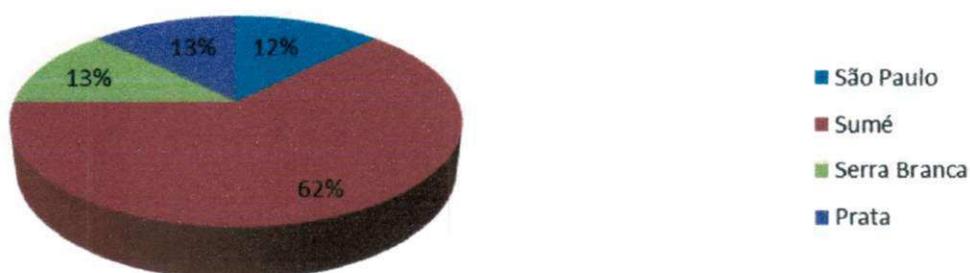
Figura 2 – Distribuição de idades das mulheres associadas.



As associadas constituem mulheres com idade entre 22 (vinte e dois) e 49 (quarenta e nove) anos, conforme mostrado na Figura 2, estando em idade ideal para este trabalho, podendo estar perfeitamente inseridas no mercado formal de trabalho.

Com relação à origem das associadas, a Figura 3 ilustra as localidades.

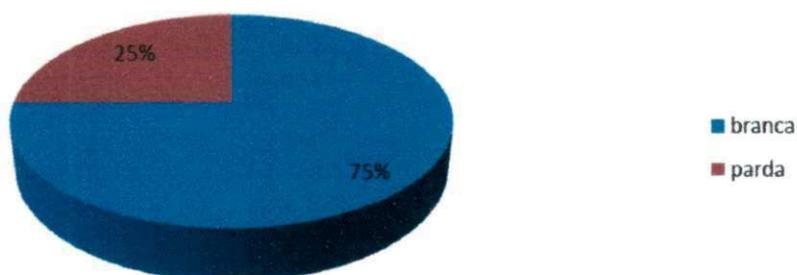
Figura 3 – Naturalidade das associadas.



Quanto à naturalidade, 63% são sumeenses e 37% são naturais de outros municípios: Serra Branca, Prata e São Paulo (Figura 3).

Na Figura 4 estão apresentados os dados referentes à etnia das associadas, de acordo com as respostas das próprias mulheres.

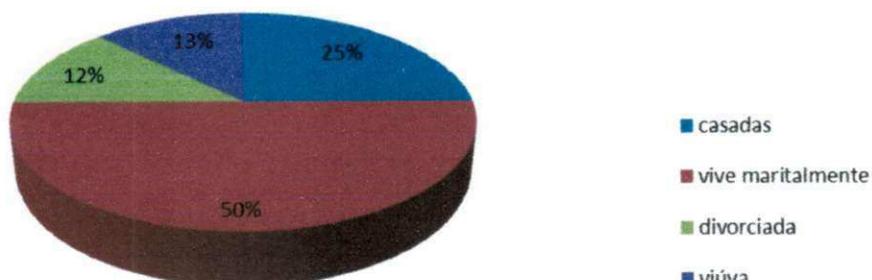
Figura 4 – Etnia das associadas.



Com relação à cor ou etnia, 75% se identificaram como brancas e 25% como sendo pardas.

A Figura 5 ilustra os resultados referentes ao estado civil das associadas.

Figura 5 – Dados referentes ao estado civil das mulheres associadas.

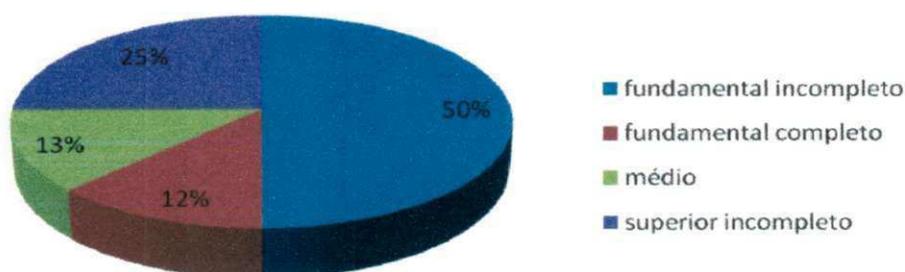


A respeito da composição da família foram obtidos os seguintes dados: 75% delas têm um companheiro, sendo que 25% são casadas oficialmente; 12% são divorciadas e 13% são viúvas.

Neste grupo, todas apresentam esclarecimento em relação a direitos trabalhistas e à cidadania. Verificou-se que todas apresentam seus documentos pessoais completos e que, das oito mulheres, apenas duas nunca receberam PIS e elas esclareceram que é por causa do tempo de contribuição. Porém, estão todas associadas ao Ministério da Pesca, contribuindo para o INSS.

O nível de escolaridade das mulheres associadas é apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Escolaridade das mulheres participantes da Associação.

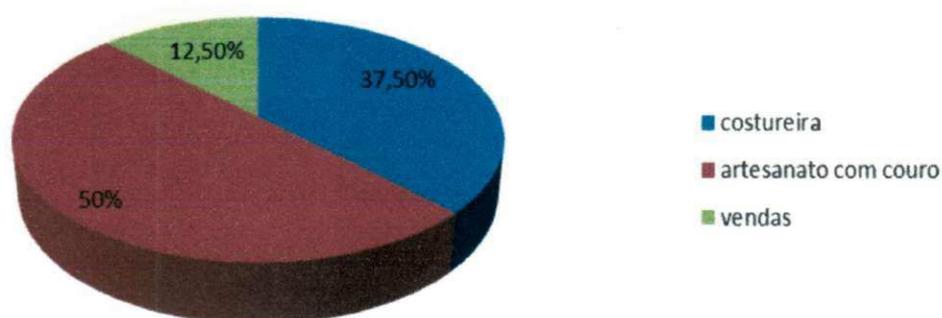


Pode-se observar, a partir da Figura 6, que a maioria das associadas apresenta curso fundamental incompleto (50%) e estão cursando Educação de Jovens e Adultos (EJA). Duas associadas (25%) estão fazendo o curso superior na Universidade Federal de Campina Grande, em Sumé. Duas das associadas pararam de estudar (uma no ensino fundamental e a outra no médio), justificando o abandono devido aos cuidados com filhos pequenos, apesar de demonstrarem vontade de futuramente voltarem a estudar.

Quanto aos cursos na área de pesca, 87,5% declararam já terem cursado.

Quando foi perguntado se tinham vontade de fazer novos cursos, 37,5% afirmaram que gostariam de aprender a costurar para trabalhar com o couro do peixe fazendo bolsas e cintos, 50% desejariam se aperfeiçoar no artesanato, não só de escama, mas também do couro do peixe, e 12,5% apresentaram interesse na área de vendas, alegando poder ajudar mais na associação, conforme mostrado na Figura 7.

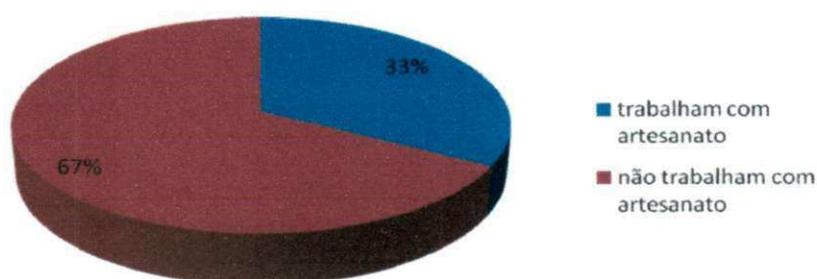
Figura 7 – Cursos que gostariam de fazer



Estas informações mostram que este grupo gosta de trabalhar com peixe, e sinalizam que os cursos ajudariam a melhorar o trabalho realizado. Tal comportamento foi corroborado pelo fato de que quando abordadas a respeito do trabalho, elas demonstraram sentir orgulho de fazerem parte da associação, apenas lamentam não ter condições de sobreviver deste trabalho, visto que duas associadas precisam trabalhar em outras áreas, sendo uma doméstica e outra vendedora de lanches na feira.

A Figura 8 exibe os resultados do quantitativo de mulheres que se dedicam ao artesanato.

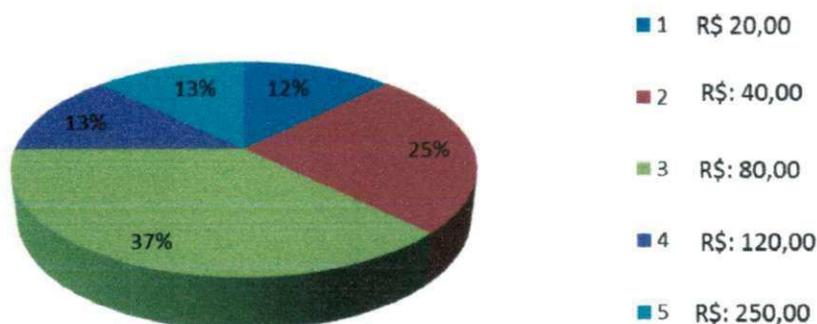
Figura 8 – Percentual de mulheres que se dedicam ao trabalho artesanal



De acordo com a Figura 8, apenas 33% se dedicam ao artesanato, alegando que não vendem seus produtos com muita facilidade visto que o comércio local não o valoriza. Apesar de terem aprendido a fazer o artesanato, dizem que não compensa a dedicação em termos financeiros.

A Figura 9 ilustra as variações da renda mensal das associadas.

Figura 9 – Valores recebidos por mês com o desfiar o peixe.



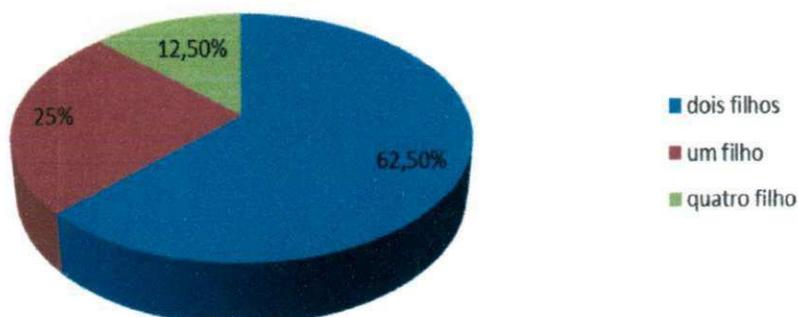
Os rendimentos apresentados na Figura 9 não são suficientes para sustentar as famílias, mas servem como um complemento financeiro. Pelo fato das associadas não receberem gratificações natalinas, férias, nem tampouco descanso semanal, elas regridem no que tange às leis trabalhistas, conforme Wellen (2012). Com isso, todas precisam recorrer ao programa Bolsa Família do Governo Federal para complementar sua renda.

Com relação ao artesanato, não há como contabilizá-lo ainda, por se tratar de um produto em teste dentro da associação.

As mulheres associadas apresentam família relativamente pequena, residindo de quatro a sete pessoas por casa. Uma das associadas tem uma filha com distúrbios mentais que não recebe auxílio de nenhuma entidade. A renda destas mulheres, juntamente com seus familiares, mais a ajuda do programa bolsa família totaliza, em média, um salário mínimo.

A Figura 10 apresenta a média de filhos das associadas.

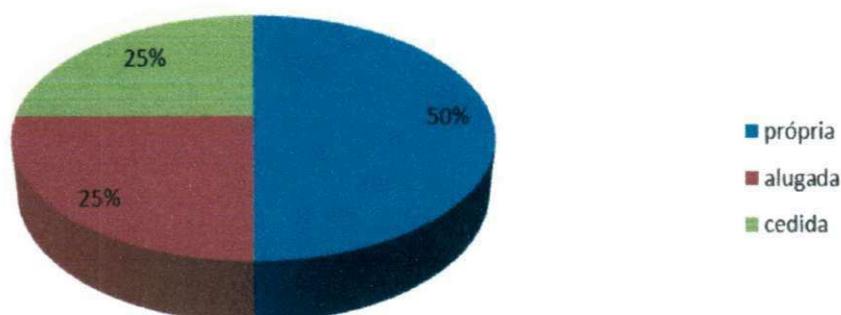
Figura 10- Quantidade de filhos por associadas.



Todas têm de um a quatro filhos (Figura 10), sendo que a associada que têm quatro filhos um já é casado (também trabalha com peixe na associação de pescadores) e só moram três filhos com ela.

Com relação à moradia, a Figura 11 apresenta os resultados.

Figura 11 – Relação associadas e moradia.



Com relação à moradia, todas as associadas residem em casas, sendo que 50% possuem casa própria, 25% são alugadas e 25% são cedidas pelo governo, sendo uma na zona rural. A associada que mora na zona rural não dispõe de sistema de saneamento nem de coleta de lixo, o que a leva a incinerá-lo. As outras possuem saneamento básico e coleta de lixo duas vezes na semana.

Quanto a saúde apenas uma associada apresenta Lúpus.

Todas têm como lazer as reuniões que participam e ainda 50% responderam que participam também dos movimentos religiosos em sua comunidade.

Observou-se que são mulheres que querem continuar com sua atividade de trabalho e lutam para melhorar suas condições de trabalho e, quem sabe, seus “padrões de vida” junto à família e comunidade, lutando para garantir um trabalho reconhecido para si e para os outros.

São realizadas reuniões mensais das associações (associações dos pescadores que inclui o grupo “Art’s pescas”, colônias de pescadores e cooperativas). Pôde-se observar certo comodismo das associadas nas questões de gerenciamento de grupo. Sendo assim, a atual presidente da associação revelou que é necessário escalar uma associada por semana para fazer as contas do período. Apesar disso, quanto às decisões, todas estão sempre atentas a tudo.

A atividade do empreendimento é a pesca artesanal e serviços relacionados (técnica de desfiar a traíra e artesanato com escamas de peixe). Então elas reúnem-se para este fim todos os dias que tem peixe, que é um produto totalmente orgânico, com preço acessível, pouco divulgado no comércio e tem venda direta para escolas municipais e estaduais locais. Já o artesanato é feito em suas residências ou ainda, quando são realizadas feiras e exposições, elas se reúnem para fazer na sede.

Os produtos são de excelente qualidade e o que falta é a divulgação, Como diz Abrantes (2004 p. 21) “todo empreendimento precisa dos 4P: Produto, Preço, Praça e Propaganda.” e esta última ainda é feita “boca a boca”. Este empreendimento nunca teve investimento de instituições financeiras, nem tampouco solicitou empréstimos, e isto se deve ao fato de faltar apoio para elaboração de projetos.

Quando se falou em parcerias e apoio técnico, as associadas mencionaram que já tiveram treinamentos e assessorias, mas que necessitam procurar outras parcerias para desenvolver a técnica de curtir o couro do peixe.

A gestão do empreendimento tem eleição da diretoria a cada dois anos e as assembleias são realizadas uma vez por mês. Quanto ao dinheiro, são pagos o peixe para a associação, a mão de obra de cada associada, o aluguel (dividido com a associação dos pescadores), água, luz e material de expediente. Devido a tantas despesas, dificilmente há sobras e, quando isto acontece, o montante é reinvestido em algo para a sede.

5 CONCLUSÕES

Todas as mulheres membros da Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB estão na faixa etária considerada adequada para o trabalho, possuem sua família com marido e filhos. A maioria mora em casa própria, sabe ler e escrever, sendo metade das entrevistadas com o Ensino Fundamental incompleto, as quais voltaram a estudar na EJA com o intuito de completarem seus estudos, visando um maior desenvolvimento dentro da associação. Duas das associadas estão cursando a Universidade Federal de Campina Grande no próprio município de Sumé, em cursos relacionados à agricultura. São pessoas que procuram cursos, apoios e melhoria dentro da sua área para desenvolverem junto à associação. As associadas lutam pelo direito de tirar seu sustento do seu trabalho e, enquanto isso não é possível, recorrem ao programa Bolsa Família. São mulheres que aprenderam a buscar o direito de cidadania e encontraram forças no trabalho associado para realizar seu sonho de independência financeira.

Observou-se a falta de apoio do governo para a legalização da associação e dos produtos, fazendo-se necessária a aprovação do Ministério da Agricultura para que possam comercializar legalmente os produtos. Faltam projetos, cursos de apoio e é fundamental que sejam elaboradas campanhas publicitárias para incentivar o consumo do produto.

Entende-se que o empreendimento é de caráter solidário, tentando haver autogestão, pois há reuniões mensais para planejamento de execução de trabalho e prestação de contas. As associadas sentem-se valorizadas no que fazem e incentivam seus filhos a seguirem com a profissão. Assumem a responsabilidade pelos sucessos ou fracassos do grupo e sonham em trabalhar apenas com o peixe e o artesanato e tirar destes empreendimentos o sustento da família.

Quanto ao alvo desta investigação, que seria o reaproveitamento de escamas, percebeu-se que a consciência de preservar o meio ambiente passa o tempo todo pelo projeto, sendo observada a preocupação não só com as escamas, mas com o couro e espinhas também.

As quatro associadas que acreditam no projeto de artesanato têm procurado assessoria junto às instituições, alguma orientação com relação à comercialização e divulgação de suas peças e, enquanto este sonho não acontece, produzem para as exposições nas feiras que participam.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo: Como a união de pequenos empreendimentos pode gerar emprego e renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.
- ADANS, T. **Educação e economia popular solidária: mediação pedagógica do trabalho associado**. Aparecida – SP: Ideia & Letra, 2010.
- ARROYO, J. C. T.. SHUCH, F. C.. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CARTONI, D. M. **Construindo o projeto de pesquisa, anual de produção acadêmica docente**, vol. III, nº 5, São Paulo: Anhanguera Educacional S.A., Ano 2009.
- CORRÊA, L. O. R. **Economia POPULAR, SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS)**, Disponível em: www.ufrgs.br, Acesso: 22 de Agosto de 2013.
- COTRIM, D.; KOLLET, M.; DIETZ, D. **Agroecologia e pesca artesanal: Ampliação da cidadania através do artesanato em escama de peixe**, Vol. 2 Nº 2, Rev. Bras. de Agroecologia, Out. 2007.
- CRUZ-MOREIRA, J. R. **Uma outra economia é possível**, São Paulo- SP: Editora Contexto, 2003.
- CUNHA, G. C. **Dimensões da Luta Política nas práticas de economia solidária**, São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- DAGNINO, R. **A tecnologia Social e seus desafios**. Disponível em: www.ige.unicamp.br, Acesso: 01 de Agosto de 2013.
- DASILVA, R. e BILICHI, F. **Tecnologia como estratégia de desenvolvimento sustentável**, modulo da especialização, UFCG, 2013.
- EISLER, R. **A verdadeira riqueza das nações: criando uma economia solidária**, Tradução Claudia Gerpe Duarte, São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2008.
- FIGUEIREDO, A. M. de. **Como elaborar uma pesquisa e dissertação de teses: da redação científica à apresentação do texto final**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- FISHER, M. **Coluna de pesca: peixe traíra**. Disponível em: www.cepen.com.br, Acesso: 16 de Março de 2013.
- FREIRE, P. e NOGUEIRA, A. **Que fazer – Teoria e prática em educação popular**, 11ª ed., Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos Sociais**, São Paulo: Editora Loyola, 2008.

- GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**, São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- ILHA, P. C. **A Cooperação como elemento de capital do comunidade**, vol. 11, nº 2, p 25-34, Curitiba: Revista FAE, julho/dezembro, 2008.
- LAVILLE, J. L. **Economia solidária, a perspectiva europeia**, Disponível em: www.scielo.br, Acesso: 03 de Agosto de 2013.
- LDB, lei de diretrizes de base, Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, Disponível em: www.planalto.gov.br, Acesso: 21 de Agosto de 2013.
- LIMA, T. M. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: possibilidades e desafios**, In: V Encontro Internacional de Economia Solidária — "O Discurso e a Prática da Economia Solidária", Disponível em: www.sites.poli.usp.br, Acesso: 12 de Setembro de 2013
- MACEDO, E., **Que queremos dizer com educação para a cidadania?**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Legis, 2008.
- MAIA, D. H. dos S.; CATIN, N. F.; FILHO, H. B. **As alternativas propostas pelo econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda**. Disponível em: www.legacy.unifocef, Acesso: 10 de Julho de 2013.
- MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular em economia solidária**, GT: Educação Popular, Disponível em: www.ufpa.br, Acesso: 15 de Agosto de 2013.
- OLIVEIRA, A. L. de. **A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária**, Disponível em: www.repositorio.ufsc.br, Acesso: 22 de Julho de 2013.
- Piscicultura São Jerônimo. Traíra, Disponível em: www.pisciculturasaojeronimo.com.br, Acesso: 06 de Agosto de 2013.
- PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**, Instituto catarinense de Pós-Graduação, Disponível em: www.icpg.com.br, Acesso: 14 de Agosto de 2013.
- RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia**, Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, Finep e Petrobras, 2004.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, 1ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, A. R. **Economia Solidária: um movimento nascente de crise do trabalho**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- SOUZA, M. L. R. de. **Tecnologia para peles de peixes: processo de curtimento**, Disponível em: www.iiap.org.pe, Acesso: 17 de Setembro de 2013.
- TIRIBA, L. **Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação**, Artigo Publicado em TIRIBA, Lia e PIKANÇO, Iracy (orgs), Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária, Cidade: Rio de Janeiro Editora Ideias e Letras, 2004.
- VIEIRA, M. C. **As CONFINTEAS e as políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o lugar da sustentabilidade**, Revista da Alfabetização Solidária, vol. 1, nº 7, São Paulo: Março, 2008.
- WELLEN, H. **Para a crítica econômica solidária**, 1ª ed., São Paulo: Editora Outra Expressão, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário socioeconômico aplicado às mulheres membros da
Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCG



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Perfil Sócioeconômico e Cultural

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone(s): _____

1.3 Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

1.4 Naturalidade: _____

1.5 Cor ou etnia:

branca preta parda amarela indígena

1.6 Estado Civil

solteiro(a) casado(a) vive maritalmente divorciado(a) viúvo(a)

separado outro _____

1.7 Que documentos você possui?

Certidão de Nascimento Certidão de Casamento RG CPF

Carteira de Trabalho PIS/PASEP Reservista Título de Eleitor

2. ESCOLARIDADE/PROFISSIONALIZAÇÃO

2.1 Escolaridade:

Não estudou Assina apenas o nome Fundamental Incompleto

Fundamental Completo Médio Incompleto Médio Completo

Superior Incompleto Superior Completo

2.2. Você estuda? sim não

2.3 Em caso negativo, gostaria de estudar ou voltar a estudar? sim não

Se sim, por qual o motivo não estuda?

2.4 Já participou de algum curso de capacitação na área de pesca?

não sim. Qual? _____

UFCG-BIBLIOTECA

E seu(s) familiar(s)?

não sim. Qual? _____

2.5 Gostaria de participar de um/outra curso de capacitação?

sim não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

Por quê? _____

3 - TRABALHO E RENDA

3.1 Já trabalhou?

sim não

Se sim, quando iniciou? _____

E qual(is) o(s) tipo(s) de ocupação ou função(ões) que desenvolveu? _____

Quais as facilidades encontradas no trabalho? _____

Quais as dificuldades encontradas no trabalho?

3.2 Desenvolve o artesanato na associação?

sim não

Por quê? _____

3.3 Já contribuiu com o INSS (direta ou indiretamente)? sim não

Se sim, por quanto tempo? _____

3.4 Renda Individual mensal: _____

3.5 Qual é a origem da renda?

aposentadoria pensão BPC auxílio doença

bolsa família outros _____

4. FAMÍLIA:

4.1 Quantas pessoas residem com você? _____

	NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	TRABALHA	RENDA	GRAU DE PARENTESCO
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

Na residência há (especificar quantidades):

4.2 Gestante(s)? _____

4.3 Nutriz(es)? _____

4.4 Pessoa(s) com deficiência? _____

4.5 Alguém de sua família recebe:

 pensão/ aposentadoria/auxílio doença BPC bolsa família cesta básica medicação vale transporte não recebe outros _____

Em caso afirmativo, quem faz a(s) doação(ões)?

 Governo Municipal Governo Estadual Governo Federal outros _____

4.9 Qual a renda mensal da família? _____

5. HABITAÇÃO

5.1 Tipo de moradia:

 casa cômodo albergue barraco rua outro _____

5.2 Sua casa é:

 própria alugada invasão cedida outro _____

5.3 A construção é de:

 alvenaria madeira taipa outro _____

5.4 Número de Cômodos: _____

5.5 Possui banheiro? não sim. Quantos? _____5.6 Estado de conservação: bom regular péssimo5.7 Possui rede elétrica? sim não5.8 Possui água encanada? sim não

5.9 Tipo de esgoto:

 saneamento fossa a céu aberto outro _____

5.10 Coleta de lixo?

coleta pública queima enterra a céu aberto outro _____

6. SAÚDE

6.1. Você tem algum problema crônico de saúde?

cardíaco diabetes reumatismo pressão alta
 respiratório HIV dependência química não tem
 outros _____

8 ATIVIDADES SOCIAIS:

8.1 Você participa de alguma atividade de lazer?

sim não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

8.2 Você frequenta ou já frequentou algum grupo comunitário (grupo de jovens da igreja, grupo de jovens da escola, grupos de dança ou outros)?

sim não

Em caso afirmativo, qual(is)? _____

Perfil do Empreendimento

1. Como o empreendimento encontra-se organizado?

- Associação
- Grupo informal
- Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada
- Cooperativa
- Sociedade mercantil de capital e indústria
- Sociedade mercantil em nome coletivo
- Outras

2. O que motivou a criação do empreendimento?

- Uma alternativa ao desemprego
- Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo
- Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)
- Desenvolver uma atividade onde todos são donos
- Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
- Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu
- Motivação social, filantrópica ou religiosa
- Desenvolvimento comunitário de capacidades potencialidades
- Alternativa organizativa e de qualificação
- Outros

3. Qual é a atividade coletiva realizada pelo empreendimento?

- Produção
- Comercialização
- Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas)
- Uso de equipamentos (máquinas, ferramentas)
- Aquisição (compra ou coleta) de matéria prima e insumos
- Poupança ou crédito
- Prestação do serviço ou trabalho
- Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)

- Troca de produtos ou serviços

Tipificação e Dimensionamento da Atividade Econômica

4. Qual o tipo de atividade econômica desenvolvida pelo empreendimento?

- Atividade de serviços relacionados com a agricultura
 Cultivo de cereais para grãos
 Cultivo de outros produtos de lavoura temporária
 Outras atividades de concessão de crédito
 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exceto vestuário
 Sociedade de crédito, financiamento e investimento
 Criação de bovinos
 Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem
 Comércio atacadista de leite e produtos do leite
 Criação de outros animais
 Reciclagem de sucata não metálicas
 Fabricação de artigos de tecidos de uso doméstico, incluindo tecelagem
 Criação de aves
 Pesca e serviços relacionados
 Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura
 Cultivo de frutas cítricas
 Confecções de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes
 Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado – exceto móveis
 Fabricação de outros produtos alimentícios
 Cultivo de outros produtos de lavoura permanente

5. Qual o principal produto produzido?

- Alimentos
 Artigos de cama, mesa e banho
 Confecções
 Gado (cabeça)
 Peixe
 Operação de crédito
 Linhas de crédito e microcrédito
 Artesanato
 Bonecas

6. Qual o faturamento médio mensal do empreendimento? _____

7. Quais os destinos dos produtos ou serviços?

- São vendidos
 Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)
 Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios(as)
 São trocados

8. Como é feita a comercialização dos produtos ou serviços?

- Venda direta ao consumidor
 Venda a revendedores ou atacadistas
 Venda a órgão governamental
 Troca com outros empreendimentos solidários
 Venda a outros empreendimentos de ES
 Outras

9. Qual a maneira mais utilizada para se fazer a divulgação dos produtos ou serviços?

- Cartazes, catálogos, folders e panfletos
- Jornais e revistas
- Rádios comerciais e educativas
- Rádios comunitárias
- TVs (mídia televisiva)
- Feiras e exposições eventuais
- Divulgação "boca a boca"
- Outras

Investimentos, Acesso a Créditos e Apoios

10. De onde vêm os recursos para iniciar os empreendimentos?

- Dos(as) próprias(as) sócios(as) – capitalização ou cotas
- Empréstimos e/ou financiamentos
- Doações
- A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos
- Outros

11. É necessária a utilização de créditos ou financiamento?

- Sim
- Não

12. Qual o destino dos financiamentos ou créditos?

- Custeio ou capital de giro e investimento
- Investimentos
- Custeio ou capital de giro

13. Algum tipo de dificuldade para obtenção de créditos?

- Houve dificuldade
- Não houve dificuldade

14. Qual a maior dificuldade enfrentada para obtenção de crédito ou financiamento?

- Falta de apoio para elaborar projeto
- Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendedorismo
- Burocracia dos agentes financeiros
- Falta de aval ou garantia
- Prazos de carência inadequados
- O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro

15. O empreendimento contou com algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação?

- Sim
- Não

16. Quais os tipos de apoio, assessoria e consultorias recebidas?

- Qualificação profissional, técnica, gerencial
- Assistência técnica e/ou gerencial

- Formação sociopolítica (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
- Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)
- Assessoria na constituição, formalização ou registro
- Assistência jurídica
- Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
- Outros

17. Quais entidades forneceram ou fornecem apoio ao empreendimento?

- Órgãos governamentais
- ONGS, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários
- Sistemas "S" (Sebrae, SESCOOP)
- Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)
- Cooperativas de técnicos(as)
- Universidades, Incubadoras, Unitrabalho
- Outras

Gestão dos Empreendimentos

18. Quais são as formas de participações dos sócios(as) nas decisões?

- Eleição da diretoria em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)
- Prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)
- Acesso aos registros e informações do empreendimento
- Participação nas decisões cotidianas do empreendimento
- Decisões sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)
- Plano de trabalho definido em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)
- Contratações e remuneração definidas em assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as)
- Não existe

19. Qual a periodicidade das assembleias gerais ou reuniões do coletivo de sócios(as) do empreendimento?

- Mensal
- Bimestral ou trimestral
- Semanal ou quinzenal
- Anual ou mais de 1 ano
- Semestral
- Não realiza
- Outra

20. Quais são os resultados das atividades do financeiro do empreendimento?

- Paga as despesas e há uma sobra
- Paga as despesas e não há sobra
- Não consegue pagar as despesas

21. Qual o destino das sobras?

- Fundo de investimento
- Fundo de reserva
- Distribuição entre sócios(as)
- Fundo de solidariedade
- Integralização de capital

- Fundo de assistência técnica e educacional
- Outras

Situação de Trabalho no Empreendimento

22. Qual a remuneração dada para cada sócio(a) que trabalha no empreendimento?

- Remuneração por produto ou produtividade
- Não está conseguindo remunerar
- Não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)
- Remuneração fixa
- Remuneração por horas trabalhadas
- Outros

23. Qual o valor médio da remuneração que o empreendimento consegue pagar aos seus sócios(as) que trabalham?

- Até ½ salário mínimo
- ½ a 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 5 salários mínimos
- Mais que 5 salários mínimos

24. Qual o benefício, garantias e direitos dados pelo empreendimento aos seus sócios(as) que trabalham?

- Não existem
- Qualificação social e profissional
- Descanso semanal remunerado
- Equipamento de segurança
- Gratificação natalina
- Férias remunerada
- Comissão de prevenção de acidente no trabalho
- Outros

Dimensão Sociopolítica e Ambiental

25. Os trabalhadores(as) não sócios(as) têm alguma participação em movimentos sociais e populares?

- Sim
- Não

26. Qual a ação social e política que o empreendimento exerce participação?

- Comunitário
- Luta pela terra e agricultura familiar
- Sindical urbano ou rural
- Religioso ou pastoral
- Ambientalista
- Luta por moradia
- Igualdade racial
- Mulheres (gênero)

- Ameaçados ou atingidos por barragens
- Nenhum
- Outros

27. Qual a área de atuação do empreendimento em ações sociais ou comunitárias como?

- Educação
- Saúde
- Trabalho
- Meio ambiente
- Moradia
- Alimentação/ doações/ instituições/ assistência social
- Redução da violência
- Lazer/esporte/ cultura/ religião
- Nenhuma
- Outras

28. O empreendimento realiza alguma iniciativa com vista à qualidade de vida dos consumidores e de seus produtos e/ou serviços?

- Sim
- Não

29. Qual o tipo de iniciativa do empreendimento voltado à qualidade de vida do consumidor?

- Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos
- Preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos consumidores
- Informações dos produtos e/ou serviços aos consumidores
- Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo
- Qualificação e qualidade do produto e/ou serviço
- Outras

Observações:

Assinatura do Entrevistado

_____, _____ de _____ de 2013.

APÊNDICE B – Termo de livre consentimento apresentado às entrevistadas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) _____, cujo objetivo é _____.

Sua participação envolve uma entrevista e será voluntária. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es).

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Local e data

Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE C – Fotografias do trabalho das mulheres membros da Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB.

Figura 11 – Mensagem na entrada da Associação Art's Pesca.



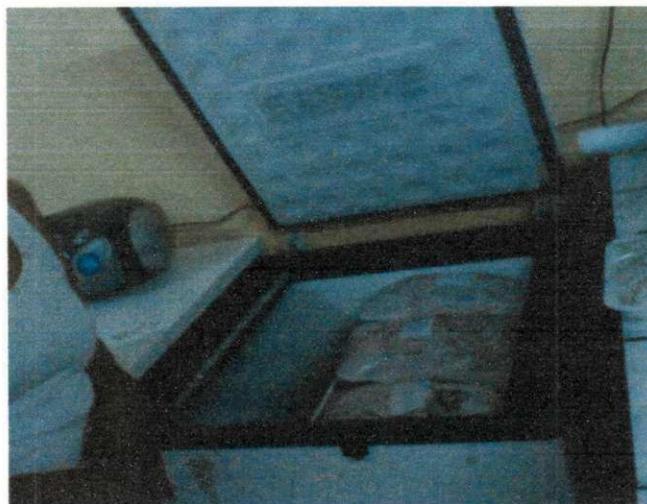
FONTE: Autoria própria.

Figura 12 – Etapa de desfiamento do peixe na Associação.



FONTE: Autoria própria.

Figura 13 – Armazenamento do peixe desfiado.



FONTE: Autoria própria.

Figura 14 – Mulheres da associação Art's Pesca, em Sumé – PB.



FONTE: Autoria própria.